



## A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM AMBIENTE HOSPITALAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Elen Saluana da Silva Buffo Montanari<sup>1</sup>, Milene Bartolomei Silva<sup>2</sup>

Carina Elisabeth Maciel<sup>3</sup>

**Resumo:** Com o objetivo de garantir à criança e ao adolescente hospitalizado um programa de educação, recreação e acompanhamento curricular durante sua permanência no hospital, o Atendimento Educacional em Ambiente hospitalar surge em meados do século XX. Com isso, buscamos discutir a Política Nacional de Educação focada no Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar. Assim, este artigo tem como objetivo apresentar os desafios e possibilidades de atuação dos professores no Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar, pontuando de forma breve o seu momento histórico no Brasil, o funcionamento neste ambiente dentro do estado de Mato Grosso do Sul e a atuação dos professores neste contexto hospitalar. O levantamento bibliográfico realizado inicialmente na metodologia da pesquisa contempla a legislação existente sobre a garantia do atendimento as crianças e jovens hospitalizados, porém pouco reconhecido como um direito da criança e do adolescente. A pesquisa de campo investigativa exploratória foi realizada no município de Campo Grande/MS, com 20 professores, mediante utilização de um questionário semiaberto. A reflexão é feita por meio das narrativas dos professores entrevistados e, a partir da atuação pedagógica no ambiente hospitalar, priorizando a formação continuada para professores atuarem neste contexto. Consideramos que possuir uma especialização não é o suficiente, é necessária formação continuada a estes professores. Existem garantias em leis de formação continuada a estes profissionais, porém existem lacunas para o amparo relacionado à formação desses profissionais. Verificamos a necessidade de ampliar e investir na capacitação dos professores hospitalares, sendo uma necessidade constante, que precisa ter um olhar das políticas públicas, pois pouco tem sido feito para as práticas educacionais da Classe Hospitalar.

<sup>1</sup>Mestra em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste/PPGSD/UFMS. Psicóloga. E-mail: Elen.saluana@outlook.com.

<sup>2</sup>Doutora em Saúde e Desenvolvimento da Região Centro Oeste/UFMS. Docente da UFMS/Professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento da Região Centro Oeste/UFMS. E-mail: milenebatsilva@gmail.com.

<sup>3</sup>Doutora em educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEDU/FAED/UFMS. E-mail: carina.maciel@ufms.br.





**Palavras-chave:** Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar; Professor Hospitalar; Formação Continuada.

**Abstract:** With the objective of guaranteeing the hospitalized child and adolescent a program of education, recreation and curricular accompaniment during his stay in the hospital, the Educational Service in hospital environment arises in the middle of the XX century. With this, we to discuss the National Education Policy focused on Educational Care in a hospital environment. So this article aims to presents the challenges and possibilities of the pedagogues in the Educational Service in hospital Environment, briefly highlighting their historical moment in Brazil, the functioning in this environment within the state of Mato Grosso do Sul and the performance of the teachers in this hospital context. The bibliographic survey initially carried out in the research methodology contemplates the legislation on the guarantee of care for children and young people hospitalized, but little recognized as a right of the child and the adolescent. The exploratory research field research was carried out in the city of Campo Grande / MS, with 20 teachers, through a semi-open questionnaire. The reflection is made through the narratives of the teachers interviewed and, from the pedagogical activity in the hospital environment, prioritizing the continued formation for teachers to act in this context. We consider that having a specialization is not enough, continuous training is required for these teachers. There are guarantees in continuing education laws for these professionals, but there are gaps for protection related to the training of these professionals. We verified the need to expand and invest in the qualification of hospital teachers, beinf a contant need, which needs to heve a public policy perspective, since little has been done for the educational practices of the hospital class.

**Keywords:** Educational Service in Hospital Environment; Hospital Professor; Continuing Education.

## INTRODUÇÃO

Toda criança e adolescente segundo a Constituição Federal de 1988 tem direito a aprendizagem e à escolarização, mesmo essas crianças estando fora do contexto escolar, como por exemplo, internadas em ambientes hospitalares. Assim, o Atendimento



Educacional Hospitalar<sup>1</sup> é uma modalidade de atendimento direcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, em razão de tratamento de saúde, que implique uma prolongada ou temporária internação hospitalar, impossibilitando de frequentar a escola (BRASIL, 2001a, 2002). Desta forma, o profissional que faz a mediação em relação aos conteúdos e acompanhamento desenvolvidos durante a internação do estudante na Classe Hospitalar é o Professor Hospitalar.

É exequível proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças e adolescentes hospitalizados. Pensar essa qualidade é pensar que os professores estejam devidamente habilitados para mediar o processo ensino-aprendizagem, principalmente, quando se trata do Atendimento Educacional na Classe Hospitalar, que perpassa os diferentes níveis e modalidades educativas.

A Lei 13.716, de 2018, que altera a Lei 9.394 de 1996 em seu art. 4º considera o Atendimento Educacional Hospitalar com um dos atendimentos da educação especial, que concentra crianças e adolescentes da educação básica que estejam internados em hospitais e/ou domiciliar, por tempo prolongado para tratamento de saúde (BRASIL, 2018). Assim, destacamos que o Professor é o profissional responsável por esse atendimento, conhecer sobre a formação e os desafios enfrentados pelos professores da cidade de Campo Grande – MS em relação ao Atendimento Educacional Hospitalar consiste em um dos desafios deste trabalho.

É uma discussão recente quanto à existência do Atendimento Educacional Hospitalar em hospitais brasileiros e, pouco conhecido como direito, apesar de existirem algumas leis específicas destinadas ao atendimento hospitalar, desde 1990. Porém, muitas famílias desconhecem o acesso a esse atendimento às crianças e adolescentes hospitalizados (FONSECA, 2003). A partir deste aspecto, surgiram as motivações para entender melhor sobre esta temática e viabilizar outras pesquisas.

Neste sentido, a pesquisa se justifica em decorrência do aprofundamento do estudo no período da construção da escrita no mestrado, com crianças e adolescentes hospitalizados, no Hospital Universitário durante os anos de 2017 a 2019.

---

<sup>1</sup> A expressão atual é "atendimento educacional no ambiente hospitalar". Nos primeiros tempos desse atendimento se utilizava apenas a expressão "Classe Hospitalar". Por isso, neste texto, algumas citações ainda se encontram com a denominação "Classe Hospitalar" (BRASIL, 2001).



Buscamos assim, uma abrangência maior quanto a atuação do professor no contexto da Classe Hospitalar, objetivando discutir por meio das narrativas dos sujeitos da pesquisa, os desafios e as possibilidades que esse professor enfrenta, pontuando de forma breve o seu momento histórico no Brasil, o funcionamento da Classe Hospitalar no estado de Mato Grosso do Sul.

## **BREVE HISTÓRICO DA CLASSE HOSPITALAR**

Segundo Fonseca (1999), em 1950 o Hospital Menino Jesus, localizado no Rio de Janeiro é considerado o primeiro hospital a possuir Atendimento Educacional Hospitalar no Brasil, este atendimento na época, não era garantido por lei. Foi em 1988, com a Constituição Federal em seus artigos 6º, 23º, 205º e art. 227º, que iniciou os primeiros debates e discussões acerca dos direitos da criança, e a coloca na condição de prioridade absoluta. Assim, de acordo com a Constituição, todas as crianças têm os seus direitos garantidos pelos órgãos públicos, seja na área da saúde, na área social e na educação, antes não materializados em lei (BRASIL, 1988).

Em seu artigo 208, inciso III, dispõe que o Estado deve garantir “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (BRASIL, 1988). Porém, ainda nesse documento, continua com a definição de especial como aquele que é deficiente físico, portanto a inclusão escolar das crianças com deficiência. Verificamos assim, que o atendimento educacional especializado, portanto, sofre muitas mudanças no decorrer do tempo, nos seus documentos políticos-normativos.

Somente a partir da década de 1990 foram criadas legislações específicas que norteiam o eixo de Educação e Saúde, como exemplo, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) (BRASIL, 1990). Os direitos das crianças e adolescentes hospitalizados foram estabelecidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da Resolução n. 41, de 13 de outubro de 1995, em que se refere, no item 9, ao direito à educação: “[...] direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programa de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar” (BRASIL, 1995).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no seu art. 58 parágrafos 2º, também reforça esse atendimento educacional em hospitais. “O atendimento será feito em classes, escolas, ou serviços especializados sempre que, em função das



condições específicas do aluno não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular". (BRASIL, 1996).

O Atendimento Educacional Hospitalar está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), como Educação Especial, o que lhe destina caráter educacional por meio legal. As leis supracitadas visam proteger a infância e a juventude e são consideradas uma forma de materialização de direitos na sociedade, principalmente o direito a educação.

Em relação a abrangência do ensino, citada pela Política Nacional de Educação Especial de 1994, é criada uma lei de acesso à Educação Básica, (Resolução n. 41/1995), no evento foi elaborado um documento, no qual foi aprovado por unanimidade pertinente aos direitos da criança e do adolescente hospitalizado, que garante o direito a desfrutar de alguma forma de recreação, programa de educação para a saúde e acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar (BRASIL, 1995). Oportunizar à criança o usufruto de seus direitos, para Silva (2015, p. 26), "é desempenhar papel fundamental de proteção social".

Segundo a última atualização realizada por Fonseca (2015), sobre as Classes Hospitalares existentes no Brasil, conta com 155 classes hospitalares distribuídas por 19 Estados e no Distrito Federal, conforme a listagem apresentada: Região Norte – 10 hospitais com escolas; Região Nordeste – 26 hospitais com escolas; Região Centro-Oeste – 26 hospitais com escolas; Região Sudeste – 64 hospitais com escolas; e Região Sul – 29 hospitais com escolas. Estados brasileiros que segundo esse levantamento, não há informação sobre a existência de hospitais com Classe Hospitalar para as crianças e/ou adolescentes internados: Amazonas, Rondônia, Amapá, Piauí, Paraíba e Alagoas.

Levando em consideração a impossibilidade de uma criança ou adolescente, poder frequentar a escola regular, o Ministério da Educação junto a Secretaria de Educação Especial, em 2001, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). No ano seguinte, foram publicadas pelos mesmos órgãos da Educação, algumas diretrizes sobre o Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar, documento intitulado: "Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações". Este documento pretendia proporcionar melhores condições de desenvolver a prática pedagógica, na perspectiva da educação inclusiva, atendendo a diversidade de seus alunos nos diferentes espaços (BRASIL, 2002).



No documento, o atendimento pedagógico inclusivo, fora do ambiente escolar formal, ocorre em dois espaços; no Atendimento Educacional Hospitalar, que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental. Atendimento Pedagógico domiciliar é o atendimento educacional que ocorre em ambiente domiciliar, decorrente de problema de saúde que impossibilite o educando de frequentar a escola ou esteja ele em casas de passagem, casas de apoio, casas-lar e/ou outras estruturas de apoio da sociedade (BRASIL, 2002, p. 13).

O Atendimento Educacional Hospitalar não caminha de forma isolada do sistema educacional, está vinculado às Secretarias de Educação, compete a estes órgãos “atender à solicitação dos hospitais para o serviço de atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar, a contratação e capacitação dos professores, a provisão de recursos financeiros e materiais para os referidos atendimentos” (BRASIL, 2002, p. 15).

As propostas educativas-escolares realizadas no Atendimento Educacional Hospitalar apoiam-se em atividades:

[...] as quais se diferenciam das propostas de atividades lúdicas e de recreação que possam existir na instituição hospitalar. Mesmo que o lúdico seja uma estratégia do aprendizado no ambiente hospitalar, a intervenção pedagógico-educacional é mais específica, por ser individualizada, estar embasada numa regularidade e ter responsabilidade com o aprendizado formal da criança. Ou seja, é uma atividade inclusiva dos pais e das escolas de origem da criança, pois o fato de a criança frequentar a escola do hospital durante a hospitalização, além de servir à manutenção das aprendizagens escolares, é um incentivo ao retorno e à reintegração na escola de origem, após a alta hospitalar (FONSECA, 1999 apud ZOMBINI et al, 2012 p. 75).

As classes hospitalares funcionam como um vínculo importante da escola com aqueles que estão hospitalizados, assim, a permanência nos hospitais não significa um desligamento da escola, pois as classes hospitalares existem para garantir o direito a escolarização, mesmo não sendo em instituições escolares, é necessário proporcionar o contato com o saber, continuidade da escolarização e relações interpessoais (ZOMBINI et al., 2012).

A utilização do diálogo na Classe Hospitalar é uma das ferramentas da humanização nas práticas de saúde extremamente





importante, pois é capaz de promover a aproximação e a confiança no restabelecimento da saúde daquele que se encontra hospitalizado, dá a oportunidade de:

[...] expressar necessidades e emoções que se manifestam diante do sofrimento. A forma como a criança compreende, aceita e colabora na recuperação da sua saúde depende muito da maneira como ela consegue lidar com os seus sentimentos em relação à hospitalização (ZOMBINI et al., 2012, p. 75).

A educação em saúde consiste também em um conjunto de saberes e práticas orientadas voltados para a prevenção e promoção da saúde. Segundo Alves et al (2010, p. 74) “a preservação da integridade moral da criança ou do adolescente, visto que estarão passando por processos físicos que por vezes irão alterar sua aparência” não é considerada algo restrito apenas da escolarização, em adquirir e transmitir conhecimentos, seu conceito é muito mais amplo.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CLASSE HOSPITALAR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

A história do Atendimento Educacional Hospitalar no Estado de Mato Grosso do Sul iniciou-se no Hospital Universitário, em 1994, logo em seguida no ano de 1996 deu início na Santa Casa de Campo Grande, em 1997 foi implantado na ala dos Queimados e em 2002 nos demais setores desta instituição, este trabalho iniciou-se no estado devido a um projeto do “Núcleo de Educação Especial”. Em 1999, o atendimento da Classe Hospitalar foi autorizado na AACCC/MS, em 2001, foram criadas as classes hospitalares no Hospital Regional e no Hospital São Julião, este último desativado este tipo de atendimento em 2014. No município de Dourados, o atendimento é realizado desde 2004, no Hospital Evangélico, iniciou em 2008, transferido logo em seguida para o Hospital Universitário (GRANEMANN, 2015).

O atendimento escolar àquelas crianças ou adolescentes que se encontram hospitalizadas impossibilitadas de frequentar a escola, atualmente são atendidas no Estado de Mato Grosso do Sul por 5 hospitais, este atendimento possibilitam a continuidade do processo escolar, minimizando os prejuízos acadêmicos ao voltarem a sala de aula regular (GRANEMANN, 2015).

Os hospitais que realizam este tipo de atendimento hospitalar escolar são: Associação Beneficente Santa Casa da Cidade de Campo



Grande, Hospital Universitário de Campo Grande, Hospital Regional de Mato Grosso do Sul Rosa Pedrossian, Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AACC/MS), Hospital do Câncer Alfredo Abrão e Hospital Universitário de Dourados, eles atendem crianças desde a Educação Infantil até o ensino Médio, das escolas municipais, estaduais, particulares e/ou especiais da Capital, dos municípios do interior do Estado, ou de Estados ou países vizinhos (GRANEMANN, 2015).

Os professores que atuam no Atendimento Educacional Hospitalar do Estado, segundo dados levantados por Granemann (2015), são de aproximadamente 20 profissionais, sendo alguns professores concursados e outros contratados, eles possuem formação em diferentes áreas (Matemática, Português e Pedagogia) e possuem formação em Educação Especial. Os alunos hospitalizados não são atendidos somente na sala da Classe Hospitalar, são atendidos em diferentes espaços, respeitando as suas condições de saúde: "brinquedoteca, leitos, Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) e Centros de Terapia Intensiva (CTIs)" (GRANEMANN, 2015, p.17836).

No entanto, sob esta perspectiva, Ceccim (1999) pondera que o Atendimento Pedagógico educacional dentro do hospital, deve apoiar-se principalmente em propostas educativas-escolares e não apenas em propostas lúdicas, de recreação, brinquedotecas. As atividades devem ser voltadas as necessidades pedagógicas educacionais, implicando-se em regularidades e uma responsabilidade com a aprendizagem do aluno.

Os atendimentos realizados no Estado segundo a pesquisa realizada por Granemann em 2015 são em média 800 alunos por mês, totalizando aproximadamente 10.000 atendimentos por ano. A Classe Hospitalar tem a "sua estrutura e seus objetivos em consonância com a política do MEC, provindos de convênio entre Secretarias de Educação e de Saúde", fundamentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, referenciados nas Diretrizes Curriculares do Sistema Regular de Ensino, cabendo em alguns casos, de acordo com as limitações dos alunos hospitalizados, alguma adaptação curricular (GRANEMANN, 2015, p. 178).

## **A ATUAÇÃO DO PROFESSOR HOSPITALAR**

Para efetivar o direito ao atendimento pedagógico dentro do hospital, é importante que, os profissionais de saúde e a família entendam que a criança hospitalizada tem direito de continuidade dos seus estudos, mesmo estando hospitalizada (FONSECA, 2015). No





entanto, muitas vezes não se tem o conhecimento necessário das legislações, favorecendo o não cumprimento da mesma, “o atendimento pedagógico para muitos é visto como forma terapêutica e não como continuidade do processo ensino-aprendizagem [...]” (ALVES et al, 2010, p. 75).

Além da sequência dos estudos, o atendimento hospitalar possibilita que o estudante desenvolva vínculos, e desenvolva ações de cunho pedagógico, retirando, por um período, o foco das atenções do contexto hospitalar e interferindo de forma lúdica em seu cotidiano hospitalar.

Em relação ao perfil do professor no ambiente hospitalar ou domiciliar, o Ministério da Educação aponta algumas orientações:

O professor que irá atuar em Classe Hospitalar ou no atendimento pedagógico domiciliar deverá estar capacitado para trabalhar com a diversidade humana e diferentes vivências culturais, identificando as necessidades educacionais especiais dos educandos impedidos de frequentar a escola, definindo e implantando estratégias de flexibilização e adaptação curriculares. Deverá, ainda, propor os procedimentos didático-pedagógicos e as práticas alternativas necessárias ao processo ensino-aprendizagem dos alunos, bem como ter disponibilidade para o trabalho em equipe e o assessoramento às escolas quanto à inclusão dos educandos que estiverem afastados do sistema educacional, seja no seu retorno, seja para o seu ingresso (BRASIL, 2002, p. 22).

Além das estratégias didáticas sugeridas ao professor hospitalar, Fonseca (2003, p. 26) vai além, pontua a necessidade do conhecimento do processo de desenvolvimento-aprendizagem dos educandos enfermos, noções dos aspectos psicológicos, políticos, sociais e ideológicos que permeiam o espaço escolar hospitalar, também são aspectos que o professor precisa estar atento:

Na escola hospitalar, cabe ao professor criar estratégias que favoreçam o processo ensino-aprendizagem, contextualizando-o com o desenvolvimento e experiências daqueles que o vivenciam. Mas, para uma atuação adequada, o professor precisa estar capacitado para lidar com as referências subjetivas das crianças, e deve ter destreza e discernimento para atuar com planos e programas abertos, móveis, mutantes, constantemente reorientados pela situação especial e individual de cada criança, ou seja, o aluno da escola hospitalar (FONSECA, 2003, p. 26).



As atividades realizadas no Atendimento Educacional Hospitalar precisam ser planejadas de forma individualizada e realizadas de acordo com uma sequência de começo, meio e fim, pois nem todas as crianças chegam juntas até a sala e algumas delas não ficam o tempo todo, devido as suas condições de saúde (FONSECA, 2015). Ceccim (1999) pontua que para realizar esse planejamento individualizado, deve-se levar em conta a concepção comportamental de aprender, fazendo com que cada aluno possa caminhar de acordo com a sua individualidade, assim o professor precisa ter um olhar diferenciado para o seu aluno, buscando compreendê-lo como um ser biopsicossocial.

É fundamental que o professor da Classe Hospitalar tenha conhecimento sobre as condições de saúde da criança hospitalizada, “para que possa retirá-la da enfermaria e levá-lo para a sala de aula ou mesmo atendê-la no próprio leito com toda a segurança” (FONSECA, 2015, p. 17).

O trabalho do professor hospitalar implica muitas vezes, em ir além do processo de ensino-aprendizagem, é preciso uma sensibilidade para lidar com as crianças/adolescentes e famílias fragilizadas pela hospitalização ou pela doença, conhecimento da realidade hospitalar, das patologias, equipes multidisciplinares, grupos diferentes de alunos, bem com diferenças em suas etnias, raça, religião, situação econômica e social (MUTTI, 2016).

A afetividade só é estimulada através da vivência, na qual o professor estabelece um vínculo de afeto com o educando. A criança precisa de estabilidade emocional para se envolver com a aprendizagem, principalmente em um ambiente em que ela está cercada de elementos, que muitas vezes causam uma fragilidade afetiva, o medo, insegurança, saudade de casa e da família. O afeto pode ser uma maneira eficaz de se chegar perto do educando, e a ludicidade em parceria, desde que não seja utilizada apenas como passa tempo (CECCIM, 1999).

O verdadeiro professor, segundo Mutti (2016, p. 135) é:

[...] aquele que vai de encontro de seus educandos. O verdadeiro educador faz questão de ser humilde servindo da aprendizagem dos seus alunos. Por isso cumpre o sagrado dever de continuar a ser também bom estudante. Ele estuda e aprende para ensinar os seus alunos. Assim, não cabem num educador, atitudes de orgulho intelectual, erudição exibicionista, pedantismo, tom autossuficiente, desprezo pelos ignorantes ou pelos menos instruídos.



O professor, portanto, para atuar no ambiente hospitalar precisa ter uma formação preferencialmente em Educação Especial ou em curso de Pedagogia ou especialização em Pedagogia Hospitalar. Com relação a essa formação Matos e Muggiat exortam:

(...) a questão da formação desse profissional constitui-se num desafio aos cursos de pedagogia, uma vez que as mudanças sociais aceleradas estão a exigir uma permanente e avançada abertura desses parâmetros, com vistas a oferecer os necessários fundamentos teórico-práticos, para o alcance de atendimentos diferenciados emergentes no cenário educacional. (MATOS e MUGGIAT, 2001, p. 15).

Ouvir a criança hospitalizada e mediar o processo entre a educação e a saúde, entre a família e o médico e enfermeiros, ajudando-o a superar desafios, barreiras, e, possibilitando de forma menos traumática a aceitação da própria doença é uma das funções do professor. Este, que de forma lúdica, pode oferecer a criança hospitalizada, momentos de socialização, diversão, aprendizagem.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este estudo, foi realizado inicialmente um levantamento bibliográfico acerca da Classe Hospitalar e da atuação do Professor Hospitalar, buscando obter o máximo de informações e esclarecimentos que contribuíssem com o objetivo de analisar os desafios e possibilidades de atuação dos professores no atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar.

Em um segundo momento, realizou-se uma pesquisa de campo de caráter investigativo exploratório, através de questionários com perguntas semiabertas, contendo 8 questões, elaboradas com o intuito de investigar a atuação do professor na Classe Hospitalar no âmbito Nacional e do Estado de Mato Grosso do Sul e se estes, possuíam alguma capacitação ou formação nesta área durante o período de graduação.

O questionário foi respondido por professores do município de Campo Grande - MS. Foi escolhida a capital do estado por se tratar da maior cidade do Estado, onde se encontra o maior número de educadores e devido ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Desenvolvimento Humano e Inclusão (GEPEDHI), possuir reuniões na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), do campus de Campo Grande/MS.



Os dados foram coletados por meio de questionários eletrônicos e enviados através de um aplicativo de mensagens instantâneas de forma aleatória para aproximadamente 50 professores residentes no município de Campo Grande/MS de diversas Universidades Públicas e Privadas com o objetivo de contribuir para o referido artigo. Conforme os participantes iam respondendo, estes eram direcionadas automaticamente de forma eletrônica para uma plataforma da internet da pesquisadora. Destes 50 questionários entregues, responderam 20 professores.

Optou-se pela abordagem da pesquisa qualitativa, no qual favoreceu uma valorização do próprio sujeito, reconhecendo suas experiências com o objeto de estudo como um ponto relevante para o entendimento que temos que ter para compreender o problema pesquisado. Essa interpretação dos dados teve como objetivo contribuir com as discussões em relação a atuação dos professores da Classe Hospitalar, seus desafios e possibilidades de atuação.

## **DISCUSSÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO NA CLASSE HOSPITALAR NAS VOZES DOS PROFESSORES**

Buscando conhecer sobre a formação e os desafios enfrentados pelos professores da cidade de Campo Grande – MS em relação a atuação na Classe Hospitalar, optou-se pela utilização de questionários com perguntas semiabertas. Esse tipo de pesquisa requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação entre o grupo de investigadores e os sujeitos da pesquisa (MINAYO, 1998; MINAYO, 2001).

Assim, o instrumento utilizado favorece uma valorização do próprio sujeito, reconhecendo suas experiências com o objeto de estudo como um ponto relevante para o entendimento que temos que ter para compreender o problema pesquisado.

Ainda, realizar a pesquisa qualitativa no contexto hospitalar, implica visualizar sua relevância social para os diversos atores tanto da educação, como também da saúde, resultando na melhoria do atendimento e acompanhamento biopsicossocial das crianças hospitalizadas.

Iniciou-se a pesquisa buscando caracterizar esses Profissionais (ver quadro 1) quanto a sua formação. Desses 20 professores investigados, 6 deles concluíram a sua graduação em instituições privadas no município de Campo Grande - MS, e 14 professores concluíram a sua graduação em instituições públicas também no



município de Campo Grande/MS, conforme demonstra o quadro 1. Caracterização os Participantes da Pesquisa:

**Quadro 1.** Caracterização dos Participantes da Pesquisa.

Participantes	Conclusão da Graduação	Instituição	Tipo	Modalidade
Professor 1	2017	Facsul	Privada	Presencial
Professor 2	2015	UFMS	Pública	Presencial
Professor 3	2016	UFMS	Pública	Presencial
Professor 4	2016	UFMS	Pública	Presencial
Professor 5	2018	UFMS	Pública	Presencial
Professor 6	2018	Clarentiano	Privada	Semi-presencial
Professor 7	2017	UFMS	Pública	Presencial
Professor 8	2015	Facsul	Privada	Presencial
Professor 9	2011	UFMS	Pública	Presencial
Professor 10	2008	UFMS	Pública	Presencial
Professor 11	2008	Unaes	Privada	Presencial
Professor 12	2004	Unaes	Privada	Presencial
Professor 13	2016	UEMS	Pública	Presencial
Professor 14	2000	UFMS	Pública	Presencial
Professor 15	2015	UFMS	Pública	Presencial
Professor 16	2017	UFMS	Pública	Presencial
Professor 17	2002	UFS	Pública	Presencial
Professor 18	1999	UCDB	Privada	Presencial
Professor 19	2018	UFMS	Pública	Presencial
Professor 20	2018	UFMS	Pública	Presencial

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2018).



Em relação às opiniões dos entrevistados sobre o que é o Atendimento Educacional Hospitalar, 19 dos professores responderam conteúdos que se aproximam com a definição de Classe Hospitalar afirmada pelo Manual do MEC em 2002:

Acesso à educação para aquelas crianças que estão hospitalizadas por algum motivo (Professor 1).

Classe Hospitalar é uma modalidade de ensino que visa atender crianças que, devido sua saúde debilitada, necessita de atendimento escolar dentro do hospital, direito assegurado para que essa criança possa ter seu tratamento, seja qual for, e não ser prejudicado quanto ao conteúdo escolar (Professor 2).

Atendimento escolar para crianças e adolescentes que não pode sair do hospital (Professor 3).

Quando um profissional atende indivíduos hospitalizados e que não podem ir para a escola (Professor 4).

Atendimento educacional de pessoas hospitalizada (Professor 5).

É a classe preparada para oferecer ao paciente estudante acompanhamento escolar enquanto estiver em tratamento (Professor 6).

Modalidade de ensino dentro dos hospitais (Professor 7).

É a possibilidade que o doente internado em hospital tem de ter seu direito à educação garantido (Professor 9).

Professores, que fazem atendimento pedagógico em hospitais (Professor 10).

São classes que atendem alunos que estão passando por uma internação (Professor 11).

Destinado a assistência em hospitais ou cuidados específicos a saúde (Professor 12).

Alunos internados (Professor 13).

Atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde ou em ambiente de restabelecimento após internação (Professor 14).

Classe Hospitalar é uma modalidade de ensino que visa atender crianças que, devido sua saúde debilitada, necessita de atendimento escolar dentro do hospital, direito assegurado para que essa criança possa ter seu tratamento, seja qual for, e não ser prejudicado quanto ao conteúdo escolar (Professor 15).

Atendimento escolar dentro da unidade hospitalar (Professor 16).





---

Acompanhamento pedagógico escolar para crianças hospitalizadas (Professor 17).

Assistência pedagógica a aluno hospitalizado (Professor 18).

São salas de aulas que estão dentro de hospitais para atender as crianças e adolescentes internados por um determinado período (Professor 19).

É uma modalidade que auxilia crianças e jovens que estão em tratamento no hospital e estão em idade escolaridade a continuarem ou não perderem os conteúdos passado na escola (Professor 20).

De acordo com as narrativas, verificamos segundo o manual do MEC (BRASIL, 2002, p. 15), que a definição do atendimento às crianças e jovens que frequentam a Classe Hospitalar, se aproxima aos apontamentos das respostas dos participantes da pesquisa por estabelecer que:

[...] na impossibilidade de frequência à escola, durante o período sob tratamento de saúde ou de assistência psicossocial, as pessoas necessitam de formas alternativas de organização e oferta de ensino de modo a cumprir com os direitos à educação e à saúde, tal como definidos na Lei e demandados pelo direito à vida em sociedade (BRASIL, 2002, p.15).

Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, documento que orienta as práticas de educação especial no Brasil, menciona o Atendimento Educacional Hospitalar ao justificar a formação do professor que atuará na educação especial:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 13).



Apenas um professor respondeu não saber sobre o que é o Atendimento Educacional Hospitalar, o Professor 8, graduado em 2015 em uma faculdade particular presencial na cidade de Campo Grande – MS.

Na pergunta se os entrevistados sabiam se existe algum hospital que possuía Atendimento Educacional Hospitalar em Campo Grande, 6 participantes falaram que não. Os demais citaram algum hospital que possui atendimento e educacional hospitalar. Conforme alguns relatos abaixo dos professores:

Hospital Regional tem atendimento da Classe Hospitalar. Na graduação tive oportunidade de fazer um trabalho sobre esse tema, conversar com professores que trabalham nessa modalidade e conhecer a Classe Hospitalar do Regional (Professor 2).

Sim, Hospital Regional, Santa Casa, etc (Professor 3).

Sim, HU e Hospital Rosa Pedrossian (Professor 7).

Sim, Santa Casa. Não tenho certeza, mas acredito que o Rosa Pedrossian e HU também (Professor 17).

Atualmente, Campo Grande conta com 5 hospitais que realizam o atendimento educacional através da Classe Hospitalar:

Associação Beneficente Santa Casa da Cidade de Campo Grande, Hospital Universitário de Campo Grande, Hospital Regional de Mato Grosso do Sul Rosa Pedrossian, Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AACC/MS), Hospital do Câncer Alfredo Abrão e Hospital Universitário de Dourados, eles atendem crianças desde a Educação Infantil até o ensino Médio, das escolas municipais, estaduais, particulares e/ou especiais da Capital, dos municípios do interior do Estado, ou de Estados ou países vizinhos (GRANEMANN, 2015, p. 22).

Ao perguntar sobre a formação inicial no curso de graduação, se há alguma disciplina específica para atuar nas classes hospitalares, 17 entrevistados disseram que não e 3 disseram que sim. Barros e Santos (2008) afirmam que falta preparação para os professores ingressarem na realidade hospitalar, sendo um fator que colabora de forma negativa para a permanência ou o desempenho satisfatório dos professores hospitalares, “pode estar relacionada a uma formação muito “especialista”, que os capacitou apenas para lidar com determinadas deficiências, estando, portanto despreparados para



atuar com crianças e adolescentes sob-riscos variados” (BARROS; SANTOS, 2008, p. 10). Além de:

Historicamente, a formação de educadores com habilitação em Educação Especial no curso de Pedagogia tem por função preparar educadores para atuarem com alunos com deficiências. Além disso, há uma vinculação histórica da Educação Especial à área da saúde, numa vertente médica e psicológica, o que implica na orientação dada à formação docente para atuação com alunos deficientes. Portanto, a formação de educadores mantém estas marcas históricas que impregnam os currículos dos cursos de Pedagogia e, provavelmente, esta formação centrada nas questões da deficiência não abrangeria as demandas ligadas às necessidades especiais de crianças hospitalizadas (MAZER; TINÓS, 2011, p. 386).

Atualmente, os cursos de Pedagogia aparentam não possuir formação para a atuação do professor no Atendimento Educacional Hospitalar, portanto, há uma necessidade de busca de formação continuada, para assegurar o nível de qualidade de atuação nesta modalidade pedagógica (MAZER; TINÓS, 2011).

A universidade Federal de Mato Grosso do Sul ofereceu no ano de 2017 um curso de extensão na modalidade EAD (Educação à distância) sobre utilização de tecnologias educacionais em classes hospitalares em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), vinculado ao Curso de Pedagogia do Campus de Aquidauana (CPAQ/UFMS), com o objetivo de ofertar reflexões sobre o uso das tecnologias nas classes hospitalares para os professores da SED/MS e também para os acadêmicos que demonstrem interesse em atuar e/ou estudar sobre a temática e a Pedagogia Hospitalar.

Quanto, a questão sobre se já participaram de alguma palestra/capacitação sobre o Atendimento Educacional Hospitalar no Estado, 15 entrevistados disseram não e 5 disseram sim. Desde o final da década passada, Oliveira (1989) fazia referência à importância da capacitação do professor, que ela deve ser continuada:

Eu acho que a prática da capacitação está ligada à concepção da própria prática docente. Essa concepção, hoje, no meu entender, é de que o docente é aquele que tem uma série de conhecimentos ou que, pelo menos, deveria ter, e tem como função passar esses conhecimentos para o aluno. Então, a prática de capacitação vem a ser você passar, para esse



docente, esses conhecimentos, o que equivale a “encher a cabeça” dele desses conhecimentos, para que ele os repasse ao aluno. Para mim, essa concepção tem até um pouco da noção física de que a cabeça do docente é um vaso que você enche e que, na prática, ele esvazia. Quando ele passa o conhecimento, é como se ele estivesse esvaziando a cabeça. Então, ele tem de voltar aqui para receber, encher a cabeça de novo, para depois despejar o que ele já aprendeu em cima do aluno. Portanto, é uma prática interminável (OLIVEIRA 1989, p. 99).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2015) para a formação inicial em nível superior, no seu Art. 3º nos aponta que:

A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas (BRASIL, 2015).

Desta forma, verificamos muitas fragilidades no tocante da formação inicial e para os professores atuarem nesse contexto. Para a prática educacional seja eficaz, seja ela na escola ou em um ambiente hospitalar, é fundamental a formação continuada para o atendimento a crianças e adolescentes hospitalizados.

Diante disso, o professor hospitalar precisa ser um profissional capacitado. Ele precisa saber utilizar de recursos diferenciados para que as crianças e adolescentes interajam e possam construir novos conhecimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura nos mostra vários autores que citam a importância do Atendimento Educacional Hospitalar, para os alunos, que por motivos de tratamento de saúde, são impedidos de frequentar a escola regular. Porém, mesmo existindo uma importante relevância na vida de muitas crianças e adolescentes em fase de escolarização e existindo legislações que amparam o direito da educação a todos, ainda há crianças que não avançam em sua escolarização e são privadas do direito à educação. Muitas leis e tratados foram aprovados, mas precisam ainda ser implementados. O Atendimento Educacional



Hospitalar, muitas vezes é negligenciada, seja pela falta de estrutura adequada nos hospitais, seja pela não preparação apropriada dos professores, que necessitam de formação continuada, seja pela falta de informação dos familiares daqueles que se encontram hospitalizados.

Pensando sobre essas questões, vários desafios e possibilidades são possíveis neste contexto. As crianças e adolescentes hospitalizadas, não podem ser privadas desse bem tão precioso, pois caso contrário, seria como negar-lhes a continuidade de seu próprio desenvolvimento humano.

Nas legislações existentes sobre a Classe Hospitalar, não existe ainda uma formação inicial específica para atuação do professor hospitalar, apenas algumas sugestões propostas na publicação intitulada de Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: Estratégias e Orientações (2002), do Ministério da Educação. Vimos que no Estado de Mato Grosso do Sul, os professores hospitalares possuem formação em Educação Especial, sendo algo que já contribui de forma favorável para a sua atuação dentro das classes hospitalares.

Possuir uma especialização não é o suficiente, é necessária formação continuada a estes professores. Existem garantias em leis de formação continuada a estes profissionais, porém existem lacunas para o amparo relacionado a formação desses profissionais. É necessário ampliar e investir na capacitação dos professores hospitalares, sendo uma necessidade constante, que precisa ter um olhar dos nossos líderes políticos, pois pouco tem sido feito para as práticas educacionais da Classe Hospitalar.

Vários teóricos indicam sugestões, para um trabalho pedagógico hospitalar, dentre eles a escuta pedagógica e utilização da afetividade nas relações de ensino-aprendizagem sugeridas por Ceccim (1999).

Precisamos pensar que o professor da Classe Hospitalar faz parte da equipe multidisciplinar do hospital, pois mesmo com todas as atividades que lhe é incumbida, este pode possibilitar uma melhora nas estratégias de enfrentamento da própria doença, assim, é necessária uma capacitação deste profissional para a sua atuação.

Podemos concluir que além de ser um espaço de interação e convivência, o Atendimento Educacional na Classe Hospitalar é visto como um espaço no qual a criança hospitalizada é sujeito de direitos e que sua recuperação, bem-estar e desenvolvimento devem ser as principais preocupações da equipe multidisciplinar, favorecendo assim, um maior conhecimento acerca da criança hospitalizada, que certamente repercutirá no sucesso do tratamento.



Diante das dificuldades atualmente enfrentadas na Classe Hospitalar, muito se tem para avançar, como a atuação e formação do professor, integração com a equipe multidisciplinar, família, escola de origem e a escolarização dessas crianças. Nota-se, portanto, a necessidade de haver mais estudos sobre esse tema, dando maior credibilidade a função do professor da Classe Hospitalar e, conseqüentemente, ser aceito com mais facilidade no ambiente citado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. R. A.; VERDE, E. A. T. A.; BATISTA, J. L.; VILELA, L. R.; COUTO, M. M. S.; MARIANO, S. Y.; BRUM, T. M.; SANT'ANNA, V. L. L. Classe Hospitalar: um caminho possível para inserção, permanência e continuidade do processo educativo. *Pedagogia em Ação*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 1-117, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/4847>>. Acesso em: 5 out. 2017.

BARROS, A. S. S.; SANTOS, R. M. Percepções dos professores de Educação Especial acerca das crianças e adolescentes hospitalizados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., São Carlos, *Anais...* 2008. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<http://www.cerelepe.faced.ufba.br/arquivos/fotos/134/barrosemaltez.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2018.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=98191-res-cp-02-2015&category\\_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98191-res-cp-02-2015&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192)>. Acesso em: 7 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações*. Brasília, DF: Ed. MEC/SEESP, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2017.





BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Resolução CNE/CBE nº 17 de 03/07/2001. Diário Oficial da União, Seção 1 de 17/08/2001, p. 46. Brasília: Imprensa Oficial, 2001a.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF: Ed. MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> >. Acesso em: 08 jan. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Resolução n. 41, de 13 de outubro de 1995*. Aprova em sua íntegra o texto oriundo da Sociedade Brasileira de Pediatria, relativo aos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 out. 1995. Não paginado. Disponível em: <[http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislação%20e%20Jurisprudência/Res\\_41\\_95\\_Conanda.pdf](http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislação%20e%20Jurisprudência/Res_41_95_Conanda.pdf) >. Acesso em: 5 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 dez. 1996. Retificado em 27 set. 1990. Não paginado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) >. Acesso em: 5 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Retificado 27 set. 1990. Não paginado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) >. Acesso em: 5 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. *Emenda Constitucional n. 12, de 17 de outubro de 1978*. Assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 out. 1978. Não paginado. Disponível em:



<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc12-78.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm) >. Acesso em: 5 out. 2017.

CECCIM, R. B. Classe Hospitalar: encontros da educação e da saúde no ambiente hospitalar. *Pátio, Porto Alegre*, v. 3, p. 41-44, 1999.

*Ponto de vista*. Disponível em:

<<http://www.cerelepe.faced.ufba.br/arquivos/fotos/84/classehospitalarceccimpatio.pdf> >. Acesso em: 5 out. 2017.

FONSECA, E. S. Classe Hospitalar e atendimento domiciliar: direito de crianças e adolescentes doentes. *Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 12-28, 2015. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/31308/17042> >. Acesso em: 5 out. 2017.

FONSECA, E. S. *Atendimento escolar no ambiente hospitalar*. São Paulo: Memnon, 2003.

FONSECA, E. S. A situação brasileira do atendimento pedagógico-educacional hospitalar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 117-129, 1999. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a09.pdf> >. Acesso em: 5 out. 2017.

GRANEMANN, J. L. Discutindo a inclusão e atuação do professor no cotidiano escolar de alunos com câncer na Classe Hospitalar. In: 9º Encontro Nacional sobre atendimento escolar hospitalar e 3º Seminário Internacional de Representações sociais, 2015, Curitiba/PR. IX Encontro Nacional sobre atendimento escolar hospitalar e III Seminário Internacional de representações sociais. Curitiba/PR: PUC/PR, 2015. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22185\\_10069.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22185_10069.pdf) >. Acesso em: 16 jan. 2018.

MATOS, E. L. M.; MUGGIAT, M. M. T. de F. *Pedagogia Hospitalar*. Curitiba: Champagnat, 2001.

MAZER, S. M.; TINÓS, L. M. S. A educação especial na formação do professor da Classe Hospitalar: uma questão a ser discutida.

*Educação Especial*, Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 377-391, 2011.

Disponível em:

<<http://www.cerelepe.faced.ufba.br/arquivos/fotos/179/mazertinos.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2017.



---

MINAYO, M. C. S, DESLANDES, S. F., CRUZ, O. N., GOMES, R.,  
*Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. São Paulo: Vozes,  
2001.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Ed. HucitecAbrasco 5º ed. São Paulo-Rio de Janeiro, 1998.

MUTTI, M. C. S. *Pedagogia Hospitalar e Formação Docente: a Arte de Ensinar, Amar e se Encantar*. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

OLIVEIRA, M. L. Reconstruindo a escola pública. In: Departamento Técnico-Pedagógico. Divisão de Produção de Materiais e publicações. *Política de capacitação dos profissionais da educação*. Belo Horizonte: FAE/ IRHJP, 1989.

SILVA, M. B. Trilhas pedagógicas articulam saúde e educação no desenvolvimento cognitivo infantil: Criança com câncer. *Tese* (Tese em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro Oeste). UFMS. Campo Grande, 2015. Disponível em:  
<https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/handle/123456789/2647>.  
Acesso em: 5 out. 2017.

ZOMBINI, E. V.; BOGUS, C. M.; PEREIRA, I. M. T. B.; PELICIONI, M. C. F. Classe Hospitalar: a articulação da saúde e educação como expressão da política de humanização do SUS. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 71-86, 2012. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/tes/v10n1/v10n1a05.pdf> >. Acesso em: 5 out. 2017.

Recebido em: 15 de julho de 2019.

Aceito em: 9 de outubro de 2019.